

COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Edital 23/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
23/2026	113202-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	VIVIANE APARECIDA ZENARO	29/05/2026 11:14 (v 0.16)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	365/2026	01342.000936/2026-70

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

365/2026

CONTRATANTE (UASG)

113202

OBJETO

Registro de Preços para materiais de construção para manutenção

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.154.062,82 (Um milhão, cento e cinquenta e quatro mil, sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia XX/XX/2026 às XXh (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por lote

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 365/2026

Processo Administrativo nº **01342.000936/2026-70**

Torna-se público que o(a) **COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN**, por meio do(a) **INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES - IPEN**, sediado(a) **Avenida Professor Lineu Prestes nº 2242, Bairro Butantã, na cidade de São**

Paulo/SP, CEP: 05508-00, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é, **aquisição de materiais de construção para manutenção dos bens imóveis do IPEN**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em lotes, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços e Termo de Referência.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5.1. Nos itens não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. pessoas físicas.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.11. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de estabelecido na tabela 1 do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,01% (um centésimo por cento)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.21. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.22. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.23. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.24. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.25. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por publicação em órgão da imprensa oficial.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 10 (dez) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 10 (dez) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://sei.cnen.gov.br/>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **Alberto Thiago dos Santos - atsantos@ipen.br** e **Silvio de Oliveira Taipina - staipina@ipen.br**.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.2. Apêndice do Anexo I - Termo de Ciência e concordância;

16.11.1.3. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II - Minuta de Ata de Registro de Preços;

São Paulo,.....dede 2026.

[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

KATIA CRISTINA IUNES MINASIAN SANTOS

Diretora



Assinou eletronicamente em 29/05/2026 às 11:14:31.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR113202_000029_2026 27-05-2026.pdf (311.17 KB)
- Anexo II - ETP_113202-000095-2025 27-05-2026.pdf (230.94 KB)
- Anexo III - ARP_113202_000004_2026__7_.pdf (279.2 KB)

COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Termo de Referência 29/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2026	113202-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	GILBERTO MAGALHAES	27/05/2026 11:10 (v 0.15)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	365/2026	01342.000936/2026-70

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção para manutenção dos bens imóveis do IPEN, nos termos da tabela abaixo conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
1	1	Areia Média	216954	M³	30	150	R\$175,99	R\$ 26.398,50
	2	Bloco de Concreto 14x19x39	478212	Unid.	1000	6000	R\$ 4,60	R\$ 27.600,00
	3	Bloco de Concreto 19x19x39	478213	Unid.	1000	6000	R\$ 6,71	R\$ 40.260,00
	4	Cal Hidratada (Hidróxido de Cálcio), Branca para construção civil	298940	Sacos	20	100	R\$ 22,73	R\$ 2.273,00
	5	Chave Elétrica, tipo boia, reversível, 15A, 250VCA	394028	Unid.	2	20	R\$ 41,67	R\$ 833,40
	6	Cimento CP II F 32 50 KG	454500	Sacos	15	100	R\$ 35,01	R\$ 3.501,00

7	Folha de porta semioca 210x82x35	334312	Unid.	10	50	R\$ 253,56	R\$ 12.678,00
8	Folha de porta semioca 210x90x35	465409	Unid.	10	50	R\$ 196,02	R\$ 9.801,00
9	Folha de porta semioca 210x92x35	249252	Unid.	10	50	R\$ 319,29	R\$ 15.964,50
10	Manta Asfáltica Impermeabilizante a base de asfalto modificado com polímeros elastômeros. Rolo com 10 M de comprimento, 1 M de largura e 4 MM de espessura	318404	Unid.	10	100	R\$ 342,55	R\$ 34.255,00
11	Pedra de Brita número 1	216957	M³	2	10	R\$ 127,64	R\$ 1.276,40
12	Pedra de Brita número 2	216958	M³	2	10	R\$ 211,95	R\$ 2.119,50
13	Piso Vinílico Tipo Paviflex 30x30 Cinza Classic	393004	M²	15	150	R\$ 137,02	R\$ 20.553,00
14	Piso Vinílico Tipo Paviflex, 30x30 Bege	264043	M²	15	150	R\$ 137,02	R\$ 20.553,00
15	Telha Canalete, Fibrocimento, Comp. 6,0 M, Esp. 8MM	300058	Unid.	10	100	R\$ 351,85	R\$ 35.185,00
16	Telha Canalete, Fibrocimento, Comp. 6,5 M, Esp. 8MM	271894	Unid.	10	100	R\$ 405,84	R\$ 40.584,00
17	Telha de Fibrocimento Ondulada 244x110x6mm	237554	Unid.	10	100	R\$ 73,09	R\$ 7.309,00

	18	Tijolo de Barro Cozido, padrão comum primeira linha	246732	Unid.	1000	5000	R\$ 0,54	R\$ 2.700,00
TOTAL DO LOTE 1								R\$ 303.844,30
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
2	19	Lâmpada Led, 12 W, Bivolt, Rosca E27	627743	Unid.	30	300	R\$ 5,43	R\$ 1.629,00
	20	Lâmpada Led, Tubular T8, 20 W, Bivolt	437692	Unid.	250	2500	R\$ 10,99	R\$ 27.475,00
	21	Multímetro digital, 1000V, capacitância até 1000 micro F	341334	Unid.	1	2	R\$ 47,99	R\$ 95,98
TOTAL DO LOTE 2								R\$ 29.199,98
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
3	22	Alicate Bico, isolado 6 polegadas	398739	Unid.	1	10	R\$ 37,10	R\$ 371,00
	23	Alicate de Corte, cabo isolado, 6 polegadas, para uso elétrico	303943	Unid.	1	10	R\$ 35,45	R\$ 354,50
	24	Alicate Universal, com isolamento, capacidade 8 polegadas, tratamento térmico total e indução no corte	632200	Unid.	1	10	R\$ 46,78	R\$ 467,80
	25	Arco de Serra ajustável 12"	215154	Unid.	5	50	R\$ 43,55	R\$ 2.177,50

26	Caixa Sanfonada, 400mm com 5 gavetas para ferramentas	358678	Unid.	1	3	R\$ 123,03	R\$ 369,09
27	Chave Ajustável, tipo inglesa, 12 polegadas	602157	Unid.	1	5	R\$ 148,63	R\$ 743,15
28	Chave de Boca Ajustável (Inglesa), 10 polegadas	303358	Unid.	1	5	R\$ 64,53	R\$ 322,65
29	Chave de Boca Ajustável (Inglesa), 6 polegadas com abertura da boca de 18MM	342022	Unid.	1	5	R\$ 24,29	R\$ 121,45
30	Conjunto (KIT) Furadeira e Parafusadeira, 12V com maleta	612600	Unid.	1	5	R\$ 238,13	R\$ 1.190,65
31	Furadeira Impacto/ Parafusadeira sem fio, 20V, Mandril: 1 /2 POL	601881	Unid.	1	5	R\$ 370,19	R\$ 1.850,95
32	Jogo Chave de Boca Combinada	393364	Unid.	1	5	R\$ 180,20	R\$ 901,00
33	Jogo Chave de Fenda e Philips, com 6 peças	601980	Unid.	1	5	R\$ 97,29	R\$ 486,45
34	Jogo de Chaves Fixa, aço, 12 peças	373704	Unid.	1	5	R\$ 243,64	R\$ 1.218,20
35	Jogo de Chaves Hexagonal (allen ou sextavada), aço cromo-vanadium 50CR V4, 22 peças	446717	Unid.	1	5	R\$ 123,35	R\$ 616,75
36		446939	Unid.	1	2	R\$ 529,21	R\$ 1.058,42

		Lavadora Alta Pressão Profissional, 600l/h, 1550 PSI						
	37	Máquina de Solda Portátil, tipo inversora, 200A para eletrodo revestido	451177	Unid.	1	2	R\$1.061,60	R\$ 2.123,20
	38	Martelo Tipo Unha, com cabo de madeira, 27mm	341794	Unid.	1	10	R\$ 37,77	R\$ 377,70
	39	Nível Bolha, Alumínio, 12 pol com 3 bolhas	601642	Unid.	1	10	R\$ 31,87	R\$ 318,70
TOTAL DO LOTE 3								R\$ 15.069,16
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
4	40	Adaptador PVC - Soldável - 1" Cor: Marrom	328087	Unid.	20	200	R\$ 2,32	R\$ 464,00
	41	Adaptador PVC - Soldável - 1/2" Cor: Marrom	466200	Unid.	10	100	R\$ 0,93	R\$ 93,00
	42	Adaptador PVC - Soldável - 3/4" Cor: Marrom	610462	Unid.	20	200	R\$ 1,06	R\$ 212,00
	43	Adesivo Plástico para PVC Incolor - 850 gramas	265158	Unid.	10	100	R\$ 62,85	R\$ 6.285,00
	44	Joelho 45° de PVC Soldável de 1/2" Marrom	242793	Unid.	10	100	R\$ 1,38	R\$ 138,00
	45	Joelho 45° de PVC Soldável de 2" Marrom	337215	Unid.	10	100	R\$ 31,51	R\$ 3.151,00

46	Joelho 45° de PVC Soldável 1 1/2" Marrom	399512	Unid.	10	100	R\$ 7,84	R\$ 784,00
47	Joelho 45° de PVC Soldável 1" Marrom	399513	Unid.	5	50	R\$ 4,91	R\$ 245,50
48	Joelho 45° de PVC Soldável 3/4" Marrom	399511	Unid.	10	100	R\$ 1,58	R\$ 158,00
49	Joelho 90° de PVC Soldável de 1 1/2" Marrom	368832	Unid.	10	100	R\$ 5,14	R\$ 514,00
50	Joelho 90° de PVC Soldável de 1" Marrom	324197	Unid.	20	200	R\$ 2,55	R\$ 510,00
51	Joelho 90° de PVC Soldável de 1/2" Marrom	324202	Unid.	10	100	R\$ 0,63	R\$ 63,00
52	Joelho 90° de PVC Soldável de 2 1/2" Marrom	240403	Unid.	5	50	R\$ 104,91	R\$ 5.245,50
53	Joelho 90° de PVC Soldável de 2" Marrom	243112	Unid.	10	100	R\$ 27,93	R\$ 2.793,00
54	Joelho 90° de PVC Soldável de 3/4" Marrom	346656	Unid.	30	300	R\$ 0,77	R\$ 231,00
55	Joelho De Redução 90° de PVC - Soldável - 3/4" X 1/2"	625283	Unid.	20	200	R\$ 3,81	R\$ 762,00
56	Kit de Reparo para Caixa Acopladas	469990	Unid.	20	200	R\$ 93,61	R\$ 18.722,00
57	Luva Pvc Soldável 1" Marrom	253371	Unid.	20	200	R\$ 2,42	R\$ 484,00

58	Luva Pvc Soldável 1/2" Marrom	253370	Unid.	10	100	R\$ 0,82	R\$ 82,00
59	Luva Pvc Soldável 3/4" Marrom	265029	Unid.	20	200	R\$ 0,83	R\$ 166,00
60	Luva de PVC Soldável 2 ½" Marrom	270496	Unid.	5	50	R\$ 19,49	R\$ 974,50
61	Luva de PVC Soldável 2" Marrom	374216	Unid.	10	100	R\$ 14,20	R\$ 1.420,00
62	Luva de PVC Soldável 3" Marrom	346194	Unid.	5	50	R\$ 47,36	R\$ 2.368,00
63	Luva de Redução de PVC Soldável de 1 1/2" x 3/4"	296242	Unid.	10	100	R\$ 8,12	R\$ 812,00
64	Luva de Redução de PVC Soldável de 1 1/4" x 1"	296240	Unid.	5	50	R\$ 6,77	R\$ 338,50
65	Luva De Redução de Pvc Soldável 3/4" X 1/2"	297971	Unid.	20	200	R\$ 1,61	R\$ 322,00
66	Luva de Redução de PVC Soldável de 2 ½"x 2"	367665	Unid.	5	50	R\$ 34,82	R\$ 1.741,00
67	Luva de Redução de PVC Soldável de 2" x 1 ½"	297949	Unid.	5	50	R\$ 15,91	R\$ 795,50
68	Rabicho Flexível de Alta Pressão 40 cm	352273	Unid.	30	300	R\$ 10,14	R\$ 3.042,00
69	Registro Esfera Pvc Manual 1" Soldável	257682	Unid.	10	100	R\$ 22,89	R\$ 2.289,00
70	Registro Esfera Pvc Manual 3/4" Soldável	415541	Unid.	10	100	R\$ 12,24	R\$ 1.224,00

71	Reparo para Válvula Sanitária, cromada – fixação roscável; bitola 1 1/2"; DN32/DN40.	328915	Unid.	20	200	R\$ 73,14	R\$ 14.628,00
72	Sifão de PVC tipo Sanfona	616677	Unid.	30	300	R\$ 9,62	R\$ 2.886,00
73	Tê de Pvc Soldável 1 1/2" Marrom	613556	Unid.	20	200	R\$ 10,59	R\$ 2.118,00
74	Tê de Pvc Soldável 1" Marrom	333579	Unid.	10	100	R\$ 3,58	R\$ 358,00
75	Tê de Pvc Soldável 1/2" Marrom	625287	Unid.	10	100	R\$ 1,09	R\$ 109,00
76	Tê de PVC Soldável 2 1/2" Marrom	263722	Unid.	4	40	R\$ 69,42	R\$ 2.776,80
77	Tê de PVC Soldável 2" Marrom	390469	Unid.	7	70	R\$ 27,50	R\$ 1.925,00
78	Tê de PVC Soldável 3" Marrom	615155	Unid.	2	20	R\$ 136,64	R\$ 2.732,80
79	Tê de Pvc Soldável 3/4" Marrom	304362	Unid.	30	300	R\$ 1,21	R\$ 363,00
80	Tê De Redução 90° Pvc Soldável 3/4" X 1/2"	369105	Unid.	20	200	R\$ 3,92	R\$ 784,00
81	Torneira de mesa, cozinha, bica alta móvel com arejador articulável e alavanca	233330	Unid.	10	100	R\$ 102,12	R\$ 10.212,00
82	Torneira de parede, cozinha, bica alta móvel com arejador articulável e alavanca	381089	Unid.	10	100	R\$ 106,11	R\$ 10.611,00

83	Torneira Lavatório, Cromada, fechamento automático, tipo mesa	429933	Unid.	10	100	R\$ 204,85	R\$ 20.485,00
84	Torneira Lavatório, Cromada, fechamento manual, tipo mesa, 1/2 POL	617243	Unid.	10	100	R\$ 64,23	R\$ 6.423,00
85	Tubo de esgoto 150mm 6m	398973	Unid.	2	22	R\$ 155,36	R\$ 3.417,92
86	Tubo de Pvc Soldável 1/2" Marrom - 6M	396867	Unid.	3	30	R\$ 19,58	R\$ 587,40
87	Tubo de PVC Soldável 2 ½ Marrom - 6M	214736	Unid.	2	20	R\$ 156,45	R\$ 3.129,00
88	Tubo de PVC Soldável 2 Marrom - 6M	214735	Unid.	3	30	R\$ 180,81	R\$ 5.424,30
89	Tubo de PVC Soldável 3 Marrom - 6M	214737	Unid.	2	10	R\$ 78,91	R\$ 789,10
90	Tubo Pvc Soldável 1 1/2" Marrom - 6M	293806	Unid.	5	50	R\$ 85,31	R\$ 4.265,50
91	Tubo Pvc Soldável 1" Marrom - 6M	214732	Unid.	5	50	R\$ 43,57	R\$ 2.178,50
92	Tubo Pvc Soldável 3/4" Marrom - 6M	396865	Unid.	10	100	R\$ 23,68	R\$ 2.368,00
93	União PVC Soldável, 60mm	300193	Unid.	5	50	R\$ 78,26	R\$ 3.913,00
94	União PVC Soldável, 75mm	616548	Unid.	3	30	R\$ 152,09	R\$ 4.562,70

	95	União PVC Soldável, 85mm	351299	Unid.	2	20	R\$ 204,12	R\$ 4.082,40
	96	Válvula de escoamento para lavatório – material: polipropileno; diâmetro 1" x 1/2"; dupla vedação EPDM	429598	Unid.	10	100	R\$ 38,59	R\$ 3.859,00
	97	Válvula de mictório cromada 1/2"	356591	Unid.	10	100	R\$ 80,72	R\$ 8.072,00
	98	Válvula de Escoamento para Lavatório Metal 7/8	428958	Unid.	20	200	R\$ 39,72	R\$ 7.944,00
	99	Vaso sanitário com caixa acoplada – cor gelo; duplo acionamento (3 e 6 L); saída vertical; acabamento auto brilho.	233166	Unid.	5	50	R\$ 352,14	R\$ 17.607,00
	100	Vedante Torneira Material: Plástico Bitola: 1/2 POL	304551	Unid.	100	1000	R\$ 8,78	R\$ 8.780,00
	101	Vedante Torneira Material: Plástico Bitola: 3/4 POL	304552	Unid.	100	1000	R\$ 6,47	R\$ 6.470,00
TOTAL DO LOTE 4								R\$ 220.290,92
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
5	102	Chapa de compensado revestida de capa de Sumauma, torneada com miolo formado por madeiras tropicais e /ou pinus. Dimensões: 2,20 m X 1,60 m X 6 mm	272863	Unid.	10	100	R\$ 158,73	R\$ 15.873,00

103	Chapa de MDF - 2 Faces - Branca - 15mm x 2,75x 1,85 mts	329595	Unid.	10	100	R\$ 236,54	R\$ 23.654,00
104	Chapa de MDF - 2 Faces - Branca - 6 mm x 2,75x 1,85 mts	373233	Unid.	8	80	R\$ 208,44	R\$ 16.675,20
105	Cinta de lixa p/ madeira em lona, 1480mm x 150mm, 80 gr	359673	Unid.	50	500	R\$ 33,74	R\$ 16.870,00
106	Cinta de lixa p/ madeira em lona, 4100mm x 150mm, 80 gr	234136	Unid.	50	500	R\$ 99,79	R\$ 49.895,00
107	Cola de contato Formica s/ Toluol Lata 2,8Kg	617165	Unid.	5	40	R\$ 100,20	R\$ 4.008,00
108	Cola Madeira Extraforte PVA (1 KG) - Marca de Referência: Cascola	436300	Unid.	5	60	R\$ 42,62	R\$ 2.557,20
109	Compensado de Sumaúma 15 mm	270670	Unid.	8	80	R\$ 310,68	R\$ 24.854,40
110	Compensado de Sumaúma 6 mm	272863	Unid.	8	80	R\$ 126,74	R\$ 10.139,20
111	Esquadro, precisão, 10 pol.	445068	Unid.	1	10	R\$ 76,23	R\$ 762,30
112	Laminado de Madeira Cerejeira, natural, 2.850 X290X0,6 MM	612088	Unid.	10	100	R\$ 121,57	R\$ 12.157,00
113	Laminado de Madeira Freijó, natural, 2.800 X600X0,6 MM	292889	Unid.	10	100	R\$ 98,44	R\$ 9.844,00

114	Laminado de Madeira Pré-Composta de Carvalho Americano Catedral, 3.150 X640X0,6 MM	612087	Unid.	6	60	R\$ 251,12	R\$ 15.067,20
115	Laminado Melamínico Branco (Fórmica), Texturizado, 3,08 m X 1,25 m X 0,08 mm	228790	Unid.	10	100	R\$ 278,27	R\$ 27.827,00
116	Lima Murça Chata, 8 polegadas	484505	Unid.	1	10	R\$ 40,55	R\$ 405,50
117	Lima Murça Quadrada, 8 polegadas	338118	Unid.	1	10	R\$ 19,42	R\$ 194,20
118	Lima Murça Redonda	241456	Unid.	1	10	R\$ 34,73	R\$ 347,30
119	Parafuso Philips 3,5 x 12 mm (caixa com 1000)	381458	Unid.	4	40	R\$ 25,99	R\$ 1.039,60
120	Parafuso Philips 3,5 x 40 mm (caixa com 1000)	224535	Unid.	4	40	R\$ 110,50	R\$ 4.420,00
121	Parafuso Philips 4,2 x 30 mm (caixa com 1000)	224554	Unid.	4	40	R\$ 64,49	R\$ 2.579,60
122	Parafuso Philips 4,8 x 50 mm (caixa com 1000)	442751	Unid.	4	80	R\$ 57,59	R\$ 4.607,20
123	Parafuso Philips 6,0 x 100 mm (caixa com 1000)	442777	Unid.	4	80	R\$ 67,70	R\$ 5.416,00
124	Placa (chapa) de madeira MDF, 2,75	282565	Unid.	10	100	R\$ 307,27	R\$ 30.727,00

	M X 1,85 M X 18 MM. Acabamento nas duas faces na cor cru, forca e aplainada						
125	Pontalete cedrino 7x7x300 cm	226929	Unidade	20	200	R\$ 60,21	R\$ 12.042,00
126	Prego sem cabeça 10x10	622781	Kilo	8	80	R\$ 25,57	R\$ 2.045,60
127	Prego sem cabeça 12x12	622782	Kilo	4	40	R\$ 17,32	R\$ 692,80
128	Prego sem cabeça 13x18	622784	Kilo	8	80	R\$ 23,89	R\$ 1.911,20
129	Prego sem cabeça 15x15	622787	Kilo	4	40	R\$ 25,55	R\$ 1.022,00
130	Seladora p/ madeira 3,6 L	267400	Lata	5	20	R\$ 179,97	R\$ 3.599,40
131	Tábua Cedrinho 30 cm x 2,50	387805	Unid.	10	100	R\$ 37,31	R\$ 3.731,00
132	Tapa furo adesivo Branco 12 mm (Caixa com 50 unidades)	395541	Caixa	2	20	R\$ 6,80	R\$ 136,00
133	Tubo de Cola Instantanea com 100 gramas - Marca de Referência: TeckBond	352233	Unid.	4	40	R\$ 35,65	R\$ 1.426,00
134	Verniz EPOXI Brilhante, incolor, com catalizador, galão 3,6 litros. Aplicação: madeira	375592	Galão	5	50	R\$ 143,88	R\$ 7.194,00
135	Viga de peroba 8m x 15 cm x 6cm	324438	Unid.	10	100	R\$ 124,34	R\$ 12.434,00

TOTAL DO LOTE 5								R\$ 326.153,90
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
6	136	Cal para pintura, saco de 8 Kg.	248941	Sacos	10	100	R\$ 15,99	R\$ 1.599,00
	137	Lixa Massa P100	360704	Unid.	10	100	R\$ 1,12	R\$ 112,00
	138	Lixa para Metal D'água Grão 600	462192	Unid.	10	100	R\$ 1,99	R\$ 199,00
	139	Lixa para Metal D'Água Grão 80	624419	Unid.	10	100	R\$ 2,34	R\$ 234,00
	140	Pincel Para Esmalte 2"	464846	Unid.	5	50	R\$ 16,35	R\$ 817,50
	141	Rolo de Pintura de Lã - 23 CM	366366	Unid.	5	50	R\$ 31,60	R\$ 1.580,00
	142	Rolo de Pintura de Lã de Carneiro - 9 CM	377304	Unid.	5	50	R\$ 22,51	R\$ 1.125,50
	143	Selador para Madeira, concentrada, a base de Nitrocelulose Apresentação: Galão 3,6 Litros	393223	Galão	2	20	R\$ 49,81	R\$ 996,20
	144	Tinta Esmalte Epoxi. Brilhante, Branco, Com elevada resistência 3,6 L - Primeira Linha - Base de água	262979	Lata	10	100	R\$ 251,96	R\$ 25.196,00
	145	Tinta Látex Acrílico, para pintura predial Exterior /Interior, acabamento fosco, base Agua, cor	320214	Lata	20	200	R\$ 391,60	R\$ 78.320,00

		Branco, lata com 18 Litros						
	146	Tinta para piso na cor AMARELA, de primeira qualidade, lata de 18 litros	239585	Lata	10	100	R\$ 393,43	R\$ 39.343,00
	147	Tinta para piso na cor BRANCA de primeira qualidade, lata de 18 litros	262306	Lata	10	100	R\$ 408,53	R\$ 40.853,00
	148	Tinta para piso na cor CINZA, de primeira qualidade, lata de 18 litros	239586	Lata	10	100	R\$ 359,03	R\$ 35.903,00
TOTAL DO LOTE 6								R\$ 226.278,20
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
7	149	Alicate de pressão 10" Reto	606035	Unid.	1	2	R\$ 28,99	R\$ 57,98
	150	Broca de Aço Rápido 10mm	619903	Unid.	3	30	R\$ 27,33	R\$ 819,90
	151	Broca de Aço Rápido 4mm	482733	Unid.	3	30	R\$ 4,95	R\$ 148,50
	152	Broca de Aço Rápido 5mm c/ 10	482565	Unid.	3	30	R\$ 19,36	R\$ 580,80
	153	Disco de Corte 115x1x 22,23mm Marca de Referência: Stanley	626842	Unid.	10	100	R\$ 5,67	R\$ 567,00
	154	Disco de Corte Diamantado, 4 polegadas, furo 12,70mm	415619	Unid.	10	100	R\$ 44,23	R\$ 4.423,00
	155	Disco de Desbaste aço-inox - 115 mm	446555	Unid.	2	20	R\$ 12,48	R\$ 249,60

		x 6,4 x 22,23mm - Modelo de Referência Norton BDA 600						
	156	Disco Flap G120 - 115mmx22, 23mm - Marca de Referência Würth	475836	Unid.	2	20	R\$ 10,03	R\$ 200,60
	157	Disco para policorte 12"x1/8" x1"	312485	Unid.	1	10	R\$ 41,16	R\$ 411,60
	158	Eletrodo E316L - 2 mm (Inox) (2 KG)	484437	Unid	1	10	R\$ 244,41	R\$ 2.444,10
	159	Eletrodo E6013 - 2 mm (1KG)	431109	Kilo	1	10	R\$ 52,18	R\$ 521,80
	160	Eletrodo E7018 - 3,25 mm (5Kg)	396595	Caixa	1	4	R\$ 78,68	R\$ 314,72
	161	Escova de Aço Manual 5 Fileiras	440011	Unid.	1	4	R\$ 8,34	R\$ 33,36
	162	Esmerilhadeira Angular, 850w, 220V p/ disco de 4 1/2 polegadas	601425	Unid.	1	10	R\$ 402,43	R\$ 4.024,30
	163	Jogo de 3 brocas escaloadas com revestimento de titânio 4-12mm, 4- 20mm e 4-32mm	449500	Unid.	1	6	R\$ 92,35	R\$ 554,10
TOTAL DO LOTE 7								R\$ 15.351,36
LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT MIN.	QUANT MAX.	Valor Unit.	Valor Total
8	164	Argamassa Tipo ACI 20Kg	441241	Sacos	20	100	R\$ 12,75	R\$ 1.275,00
	165	Piso brilhante Branco 45x45	444388	M²	20	200	R\$ 22,42	R\$ 4.484,00

166	Rejunte Flexível Cerâmica Branco 1 KG	370313	Kilo	50	500	R\$ 5,79	R\$ 2.895,00
167	Revestimento /Azulejo Quadrado Branco Brillhante 15x15	374196	M²	10	100	R\$ 49,17	R\$ 4.917,00
168	Revestimento Branco Retificado 33x59	405781	M²	20	200	R\$ 21,52	R\$ 4.304,00
TOTAL DO LOTE 8							R\$ 17.875,00
TOTAL GERAL							R\$ 1.154.062,82

1.2. Não será permitida a adesão de órgãos participantes e não participantes.

1.2.1 A vedação à participação de outros órgãos na presente Ata de Registro de Preços decorre da necessidade de manter a gestão do instrumento em nível administrativamente viável, uma vez que o objeto exige acompanhamento contínuo, controles específicos e administração direta por parte do órgão gerenciador, sendo que a inclusão de outros órgãos ampliaria de forma significativa o volume de demandas e a complexidade operacional; assim, por razões de ordem administrativa, operacional e de governança, a utilização da Ata ficará restrita exclusivamente ao órgão gerenciador, garantindo execução adequada, previsibilidade e conformidade com a capacidade de gestão disponível.

1.3. *Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.*

1.4. *O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.*

1.5. *Esta aquisição se enquadra como atividade de custeio, uma vez que a atividade de custeio tem por definição o apoio ao desempenho das atividades-meio institucionais. A aquisição de materiais para manutenção predial visa garantir as condições de infraestrutura necessárias para a execução de todas as atividades do Instituto, caracterizando-se, portanto, como uma despesa de custeio.*

1.6. *A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.*

1.7. *O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados do(a) emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: **00402552000126-0-000004/2026**;

II) Data de publicação no PNCP: **13/05/2025**;

III) Identificador da Futura Contratação: **113202-365/2026**;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. O Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares exigirá de seus fornecedores, no exercício de seus mistérios, responsabilidade social e ambiental; no primeiro caso, privilegiando a adoção de práticas que favoreçam a inclusão social e, no segundo, de práticas que combatam o desperdício de recursos naturais e evitem danos ao meio ambiente, conforme o Plano Diretor de Logística Sustentável da Comissão Nacional de Energia Nuclear - PLS - 2024 /2027.

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. A CONTRATADA deverá atender aos critérios e práticas sustentáveis previstas por meio do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, tais como:

a) baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

b) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local

c) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

d) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

e) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

f) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

g) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

h) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações, etc.) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos, atendendo ao Decreto nº 8.539 de 08/10

/2015 que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.2.3. Ainda considerando o impacto ambiental da execução das atividades, o planejamento e metodologia das auditorias/atividades e preparação das programações, a CONTRATADA deverá aplicar as melhores técnicas e fazer o uso racional dos recursos, já que estes têm impacto direto em consumo de energia, além de eventualmente na produção de lixo.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, poderá ser exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que o pagamento é efetuado em até 30 dias após recebimento definitivo do produto, o que garante à Administração evitar qualquer inadimplência na prestação de serviço.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.6 Para os lotes cujo valor estimado supera R\$ 80.000,00, deixa-se de aplicar a reserva de cota de até 25% para ME/EPP prevista no art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, com fundamento no art. 10, II do mesmo Decreto. A divisão do objeto entre dois fornecedores distintos, para fins de cumprimento da cota, acarretaria prejuízo ao conjunto do objeto, aumentando a complexidade de gestão e fiscalização, criando riscos de descoordenação logística, divergência de cronogramas e dificuldades operacionais que comprometem a execução integrada dos serviços. Tais fatores se enquadram nas hipóteses de afastamento previstas na norma, corroboradas pelo entendimento vinculante da AGU e pela jurisprudência consolidada do TCU sobre prejuízo à execução e perda de eficiência decorrentes da fragmentação indevida do objeto.

Adicionalmente, a pulverização contratual reduziria os ganhos de escala, podendo resultar em preços globais menos vantajosos e contrariando os princípios da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021. Assim, a contratação integral do lote por um único fornecedor configura a solução mais segura, eficiente e vantajosa para a Administração, razão pela qual o tratamento diferenciado é excepcionalmente afastado, de forma devidamente justificada e conforme o regime legal aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. As parcelas dos objetos deverão ser entregues conforme a demanda do produto for prevista, considerando o estoque do IPEN para executar os serviços que necessitam do material constante deste Termo de Referência;

5.2. Estabelecida a necessidade do produto, dentro do prazo de vigência deste SRP, o IPEN solicitará à Empresa Contratada a entrega de tantas unidades quantas forem necessárias para atender a demanda da instituição, dentro do limite mínimo e máximo estabelecido.

5.2.1. O prazo de entrega dos bens será de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho da quantidade especificada no pedido da contratante, em remessa única, podendo ser prorrogado por uma única vez, por mais 20 (vinte) dias, desde que solicitado e fundamentado o pedido da empresa, até 5 (cinco) dias antes do vencimento do prazo.

5.3. A indicação das quantidades constantes deste Termo de Referência possui caráter meramente estimativo, não representando obrigação de aquisição por parte da Administração. A contratação decorrente do Sistema de Registro de Preços somente se concretizará mediante a emissão da respectiva Nota de Empenho, conforme a necessidade do IPEN e dentro do prazo de vigência da Ata, podendo a Administração solicitar quantidades necessárias, desde que respeitados os limites previstos no instrumento convocatório.

5.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.5. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Divisão de Infraestrutura

Av. Professor Lineu Prestes 2242 - Cidade Universitária - Butantã - São Paulo SP - CEP: 05508-000

Telefone: (11) 2810-5788, com o Senhor Gilberto Magalhães, de segunda a sexta-feira nos seguintes horários - das 8:00 às 11:00hs e das 13:00 às 16:00hs.

5.5.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 06 (seis) meses, do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.6. Todas as despesas com frete, carregamento, descarregamento e outras existentes, correrão por conta das empresas vencedoras.

5.7 Que todos os itens entregues deverão estar acondicionados e embalados conforme prática do fabricante, a fim de resguardar a integridade do produto durante o transporte e armazenamento.

5.8 Os funcionários da transportadora deverão observar o empilhamento máximo permitido em caixas, dentre outras recomendações do fabricante.

5.9 Os produtos fornecidos devem estar plenamente de acordo com a especificação descrita neste Termo de Referência, e serem da mesma marca e modelo ofertados e aprovados no parecer técnico.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. tendo em vista a previsão do inciso II do artigo 95 da Lei 14.133/2021, a contratação será formalizada via nota de empenho.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa;

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 7 (sete) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito

público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.37. Os critérios de reajuste descritos acima se aplicam também à Ata de Registro de Preços.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO POR LOTE*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral a cada solicitação de fornecimento, podendo as solicitações ocorrer de forma parcelada, conforme a conveniência da Administração e nos termos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

Críticos de aceitabilidade de preços

9.3. *Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.3.1. *Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.*

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos 2 (dois) últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *patrimônio líquido mínimo* de 10% (dez por cento) do *valor total estimado da contratação*.
- 9.26. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*
- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.31. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.154.062,82 (Um milhão, cento e cinquenta e quatro mil, sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos.), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

São Paulo, abril de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato *Nota de Empenho*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 5 (*cinco*) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias úteis.

3.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (*vinte e quatro*) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em São Paulo, Seção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GILBERTO MAGALHAES

Chefe do Serviço de Infraestrutura



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 11:10:02.

COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Estudo Técnico Preliminar 95/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 01342.000936/2026-70

2. Descrição da necessidade

A contratação é necessária para garantir a continuidade, segurança e regularidade das atividades institucionais do IPEN, uma vez que a manutenção predial das instalações depende de materiais básicos e essenciais (de construção civil, elétrica, hidráulica, marcenaria e serralheria) utilizados diariamente para prevenir, corrigir e reparar falhas nas edificações, nos laboratórios e nas áreas operacionais. A ausência desses materiais inviabiliza a execução dos serviços de manutenção predial, uma vez que a equipe técnica depende diretamente desses insumos para realizar atividades corretivas e preventivas. A indisponibilidade desses itens interrompe a continuidade dos serviços de mão de obra, provoca paralisações de intervenções, favorece o agravamento de falhas estruturais, aumenta riscos à segurança de servidores e usuários, e gera prejuízos diretos às atividades finalísticas do IPEN, comprometendo o interesse público e a preservação do patrimônio institucional.

2.1. O Desafio: A Ineficiência das Compras Pontuais

A manutenção predial do IPEN demanda uma gama diversificada de materiais (de construção civil, hidráulica, elétrica, marcenaria e serralheria), cuja necessidade surge de forma frequente, fracionada e de difícil previsibilidade.

O modelo tradicional de aquisição, que exigiria a realização de um novo processo licitatório (Pregão) para cada demanda pontual, se mostra administrativamente ineficiente e oneroso. Tal abordagem implicaria em:

- Elevado Custo Processual: Mobilizar a equipe administrativa repetidamente para licitações de baixo valor.
- Morosidade: O tempo necessário para concluir cada licitação atrasaria o acesso aos materiais, permitindo que problemas de manutenção se agravem.
- Rigidez Orçamentária: Exigiria a disponibilidade total de recursos para cada compra, engessando o planejamento financeiro.

2.2. O Objetivo Estratégico da Contratação

A presente contratação visa implementar uma solução que supere esses desafios. O objetivo não é apenas adquirir materiais, mas estabelecer um mecanismo que traga eficiência administrativa e flexibilidade orçamentária para a gestão da manutenção do IPEN. Com isso, busca-se:

1. Racionalidade Administrativa: Eliminar a necessidade de múltiplos e sucessivos processos licitatórios ao longo do ano, consolidando a demanda em um único procedimento que atenderá às necessidades de forma contínua.
2. Otimização do Planejamento Orçamentário: Viabilizar a aquisição de materiais conforme a real necessidade e a efetiva disponibilidade orçamentária. Isso permite que o empenho da despesa ocorra de forma fracionada, apenas no momento da solicitação de compra, sem a obrigação de comprometer o valor total estimado da ata no início da sua vigência.
3. Atendimento Contínuo e Planejado: Garantir um fluxo de suprimentos para o Serviço de Infraestrutura (SEINF), permitindo um cronograma de manutenção mais eficaz e evitando que pequenas falhas se tornem intervenções complexas e dispendiosas pela demora na aquisição dos insumos.

2.3. Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção para manutenção dos bens imóveis do IPEN, nos termos da tabela abaixo

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UN. DE MEDIDA	QUANT. MINIMA	QUANT. MAXIMA
1	1	Areia Média	216954	M³	30	150
	2	Bloco de Concreto 14x19x39	478212	Unid.	1000	6000
	3	Bloco de Concreto 19x19x39	478213	Unid.	1000	6000
	4	Cal Hidratada (Hidróxido de Cálcio), Branca para construção civil	298940	Sacos	20	100
	5	Chave Elétrica, tipo boia, reversível, 15A, 250VCA	394028	Unid.	2	20
	6	Cimento CP II F 32 50 KG	454500	Sacos	15	100
	7	Folha de porta semioca 210x82x35	334312	Unid.	10	50
	8	Folha de porta semioca 210x90x35	465409	Unid.	10	50
	9	Folha de porta semioca 210x92x35	249252	Unid.	10	50
	10	Manta Asfáltica Impermeabilizante a base de asfalto modificado com polímeros elastômeros. Rolo com 10 M de comprimento, 1 M de largura e 4 MM de espessura	318404	Unid.	10	100
	11	Pedra de Brita número 1	216957	M³	2	10
	12	Pedra de Brita número 2	216958	M³	2	10
	13	Piso Vinílico Tipo Paviflex 30x30 Cinza Classic	393004	M²	15	150
	14	Piso Vinílico Tipo Paviflex, 30x30 Bege	264043	M²	15	150
	15	Telha Canaleta, Fibrocimento, Comp. 6,0 M, Esp. 8MM	300058	Unid.	10	100
	16	Telha Canaleta, Fibrocimento, Comp. 6,5 M, Esp. 8MM	271894	Unid.	10	100
	17	Telha de Fibrocimento Ondulada 244x110x6mm	237554	Unid.	10	100
	18	Tijolo de Barro Cozido, padrão comum primeira linha	246732	Unid.	1000	5000
2	19	Lâmpada Led, 12 W, Bivolt, Rosca E27	627743	Unid.	30	300
	20	Lâmpada Led, Tubular T8, 20 W, Bivolt	437692	Unid.	250	2500
		Multímetro digital, 1000V,				

	21	capacitância até 1000 micro F	341334	Unid.	1	2
3	22	Alicate Bico, isolado 6 polegadas	398739	Unid.	1	10
	23	Alicate de Corte, cabo isolado, 6 polegadas, para uso elétrico	303943	Unid.	1	10
	24	Alicate Universal, com isolamento, capacidade 8 polegadas, tratamento térmico total e indução no corte	632200	Unid.	1	10
	25	Arco de Serra ajustável 12"	215154	Unid.	5	50
	26	Caixa Sanfonada, 400mm com 5 gavetas para ferramentas	358678	Unid.	1	3
	27	Chave Ajustável, tipo inglesa, 12 polegadas	602157	Unid.	1	5
	28	Chave de Boca Ajustável (Inglesa), 10 polegadas	303358	Unid.	1	5
	29	Chave de Boca Ajustável (Inglesa), 6 polegadas com abertura da boca de 18MM	342022	Unid.	1	5
	30	Conjunto (KIT) Furadeira e Parafusadeira, 12V com maleta	612600	Unid.	1	5
	31	Furadeira Impacto/ Parafusadeira sem fio, 20V, Mandril: 1/2 POL	601881	Unid.	1	5
	32	Jogo Chave de Boca Combinada	393364	Unid.	1	5
	33	Jogo Chave de Fenda e Philips, com 6 peças	601980	Unid.	1	5
	34	Jogo de Chaves Fixa, aço, 12 peças	373704	Unid.	1	5
	35	Jogo de Chaves Hexagonal (allen ou sextavada), aço cromo-vanadium 50CR V4, 22 peças	446717	Unid.	1	5
	36	Lavadora Alta Pressão Profissional, 600l/h, 1550 PSI	446939	Unid.	1	2
	37	Máquina de Solda Portátil, tipo inversora, 200A para eletrodo revestido	451177	Unid.	1	2
	38	Martelo Tipo Unha, com cabo de madeira, 27mm	341794	Unid.	1	10
	39	Nível Bolha, Alumínio, 12 pol com 3 bolhas	601642	Unid.	1	10
		Adaptador PVC - Soldável - 1"				

40	Cor: Marrom	328087	Unid.	20	200
41	Adaptador PVC - Soldável - 1/2" Cor: Marrom	466200	Unid.	10	100
42	Adaptador PVC - Soldável - 3/4" Cor: Marrom	610462	Unid.	20	200
43	Adesivo Plástico para PVC Incolor - 850 gramas	265158	Unid.	10	100
44	Joelho 45° de PVC Soldável de 1/2" Marrom	242793	Unid.	10	100
45	Joelho 45° de PVC Soldável de 2" Marrom	337215	Unid.	10	100
46	Joelho 45° de PVC Soldável 1 1/2" Marrom	399512	Unid.	10	100
47	Joelho 45° de PVC Soldável 1" Marrom	399513	Unid.	5	50
48	Joelho 45° de PVC Soldável 3/4" Marrom	399511	Unid.	10	100
49	Joelho 90° de PVC Soldável de 1 1/2" Marrom	368832	Unid.	10	100
50	Joelho 90° de PVC Soldável de 1" Marrom	324197	Unid.	20	200
51	Joelho 90° de PVC Soldável de 1/2" Marrom	324202	Unid.	10	100
52	Joelho 90° de PVC Soldável de 2 1/2" Marrom	240403	Unid.	5	50
53	Joelho 90° de PVC Soldável de 2" Marrom	243112	Unid.	10	100
54	Joelho 90° de PVC Soldável de 3/4" Marrom	346656	Unid.	30	300
55	Joelho De Redução 90° de PVC - Soldável - 3/4" X 1/2"	625283	Unid.	20	200
56	Kit de Reparo para Caixa Acopladas	469990	Unid.	20	200
57	Luva Pvc Soldável 1" Marrom	253371	Unid.	20	200
58	Luva Pvc Soldável 1/2" Marrom	253370	Unid.	10	100
59	Luva Pvc Soldável 3/4" Marrom	265029	Unid.	20	200
60	Luva de PVC Soldável 2 1/2" Marrom	270496	Unid.	5	50
61	Luva de PVC Soldável 2" Marrom	374216	Unid.	10	100
62	Luva de PVC Soldável 3" Marrom	346194	Unid.	5	50
63	Luva de Redução de PVC Soldável de 1 1/2" x 3/4"	296242	Unid.	10	100
64	Luva de Redução de PVC Soldável de 1 1/4" x 1"	296240	Unid.	5	50

4

65	Luva De Redução de Pvc Soldável 3/4" X 1/2"	297971	Unid.	20	200
66	Luva de Redução de PVC Soldável de 2 ½"x 2"	367665	Unid.	5	50
67	Luva de Redução de PVC Soldável de 2" x 1 ½"	297949	Unid.	5	50
68	Rabicho Flexível de Alta Pressão 40 cm	352273	Unid.	30	300
69	Registro Esfera Pvc Manual 1" Soldável	257682	Unid.	10	100
70	Registro Esfera Pvc Manual 3/4" Soldável	415541	Unid.	10	100
71	Reparo para Válvula Sanitária, cromada – fixação roscável; bitola 1 1/2"; DN32/DN40.	328915	Unid.	20	200
72	Sifão de PVC tipo Sanfona	616677	Unid.	30	300
73	Tê de Pvc Soldável 1 1/2" Marrom	613556	Unid.	20	200
74	Tê de Pvc Soldável 1" Marrom	333579	Unid.	10	100
75	Tê de Pvc Soldável 1/2" Marrom	625287	Unid.	10	100
76	Tê de PVC Soldável 2 ½" Marrom	263722	Unid.	4	40
77	Tê de PVC Soldável 2" Marrom	390469	Unid.	7	70
78	Tê de PVC Soldável 3" Marrom	615155	Unid.	2	20
79	Tê de Pvc Soldável 3/4" Marrom	304362	Unid.	30	300
80	Tê De Redução 90° Pvc Soldável 3/4" X 1/2"	369105	Unid.	20	200
81	Torneira de mesa, cozinha, bica alta móvel com arejador articulável e alavanca	233330	Unid.	10	100
82	Torneira de parede, cozinha, bica alta móvel com arejador articulável e alavanca	381089	Unid.	10	100
83	Torneira Lavatório, Cromada, fechamento automático, tipo mesa	429933	Unid.	10	100
84	Torneira Lavatório, Cromada, fechamento manual, tipo mesa, 1/2 POL	617243	Unid.	10	100
85	Tubo de esgoto 150mm 6m	398973	Unid.	2	22
86	Tubo de Pvc Soldável 1/2" Marrom - 6M	396867	Unid.	3	30
	Tubo de PVC Soldável 2 ½				

87	Marrom - 6M	214736	Unid.	2	20
88	Tubo de PVC Soldável 2 Marrom - 6M	214735	Unid.	3	30
89	Tubo de PVC Soldável 3 Marrom - 6M	214737	Unid.	2	10
90	Tubo Pvc Soldável 1 1/2" Marrom - 6M	293806	Unid.	5	50
91	Tubo Pvc Soldável 1" Marrom - 6M	214732	Unid.	5	50
92	Tubo Pvc Soldável 3/4" Marrom - 6M	396865	Unid.	10	100
93	União PVC Soldável, 60mm	300193	Unid.	5	50
94	União PVC Soldável, 75mm	616548	Unid.	3	30
95	União PVC Soldável, 85mm	351299	Unid.	2	20
96	Válvula de escoamento para lavatório – material: polipropileno; diâmetro 1" x 1/2"; dupla vedação EPDM	429598	Unid.	10	100
97	Válvula de mictório cromada 1/2"	356591	Unid.	10	100
98	Válvula de Escoamento para Lavatório Metal 7/8	428958	Unid.	20	200
99	Vaso sanitário com caixa acoplada – cor gelo; duplo acionamento (3 e 6 L); saída vertical; acabamento auto brilho.	233166	Unid.	5	50
100	Vedante Torneira Material: Plástico Bitola: 1/2 POL	304551	Unid.	100	1000
101	Vedante Torneira Material: Plástico Bitola: 3/4 POL	304552	Unid.	100	1000
102	Chapa de compensado revestida de capa de Sumauma, torneada com miolo formado por madeiras tropicais e/ou pinus. Dimensões: 2,20 m X 1,60 m X 6 mm	272863	Unid.	10	100
103	Chapa de MDF - 2 Faces - Branca - 15mm x 2,75x 1,85 mts	329595	Unid.	10	100
104	Chapa de MDF - 2 Faces - Branca - 6 mm x 2,75x 1,85 mts	373233	Unid.	8	80
105	Cinta de lixa p/ madeira em lona, 1480mm x 150mm, 80 gr	359673	Unid.	50	500
106	Cinta de lixa p/ madeira em lona, 4100mm x 150mm, 80 gr	234136	Unid.	50	500

107	Cola de contato Formica s/ Toluol Lata 2,8Kg	617165	Unid.	5	40
108	Cola Madeira Extraforte PVA (1 KG) - Marca de Referência: Cascola	436300	Unid.	5	60
109	Compensado de Sumaúma 15 mm	270670	Unid.	8	80
110	Compensado de Sumaúma 6 mm	272863	Unid.	8	80
111	Esquadro, precisão, 10 pol.	445068	Unid.	1	10
112	Laminado de Madeira Cerejeira, natural, 2.850 X290X0,6 MM	612088	Unid.	10	100
113	Laminado de Madeira Freijó, natural, 2.800X600X0,6 MM	292889	Unid.	10	100
114	Laminado de Madeira Pré- Composta de Carvalho Americano Catedral, 3.150 X640X0,6 MM	612087	Unid.	6	60
115	Laminado Melamínico Branco (Fórmica), Texturizado, 3,08 m X 1,25 m X 0,08 mm	228790	Unid.	10	100
116	Lima Murça Chata, 8 polegadas	484505	Unid.	1	10
117	Lima Murça Quadrada, 8 polegadas	338118	Unid.	1	10
118	Lima Murça Redonda	241456	Unid.	1	10
119	Parafuso Philips 3,5 x 12 mm (caixa com 1000)	381458	Unid.	4	40
120	Parafuso Philips 3,5 x 40 mm (caixa com 1000)	224535	Unid.	4	40
121	Parafuso Philips 4,2 x 30 mm (caixa com 1000)	224554	Unid.	4	40
122	Parafuso Philips 4,8 x 50 mm (caixa com 1000)	442751	Unid.	4	80
123	Parafuso Philips 6,0 x 100 mm (caixa com 1000)	442777	Unid.	4	80
124	Placa (chapa) de madeira MDF, 2,75 M X 1,85 M X 18 MM. Acabamento nas duas faces na cor cru, forca e aplainada	282565	Unid.	10	100
125	Pontalete cedrino 7x7x300 cm	226929	Unid.	20	200
126	Prego sem cabeça 10x10	622781	Kilo	8	80
127	Prego sem cabeça 12x12	622782	Kilo	4	40
128	Prego sem cabeça 13x18	622784	Kilo	8	80
129	Prego sem cabeça 15x15	622787	Kilo	4	40

	130	Seladora p/ madeira 3,6 L	267400	Lata	5	20
	131	Tábua Cedrinho 30 cm x 2,50	387805	Unid.	10	100
	132	Tapa furo adesivo Branco 12 mm (Caixa com 50 Unidades)	395541	Caixa	2	20
	133	Tubo de Cola Instantanea com 100 gramas - Marca de Referência: TeckBond	352233	Unid.	4	40
	134	Verniz EPOXI Brilhante, incolor, com catalizador, galão 3,6 litros. Aplicação: madeira	375592	Galão	5	50
	135	Viga de peroba 8m x 15 cm x 6cm	324438	Unid.	10	100
6	136	Cal para pintura, saco de 8 Kg.	248941	Sacos	10	100
	137	Lixa Massa P100	360704	Unid.	10	100
	138	Lixa para Metal D'água Grão 600	462192	Unid.	10	100
	139	Lixa para Metal D'Água Grão 80	624419	Unid.	10	100
	140	Pincel Para Esmalte 2"	464846	Unid.	5	50
	141	Rolo de Pintura de Lã - 23 CM	366366	Unid.	5	50
	142	Rolo de Pintura de Lã de Carneiro - 9 CM	377304	Unid.	5	50
	143	Selador para Madeira, concentrada, a base de Nitrocelulose Apresentação: Galão 3,6 Litros	393223	Galão	2	20
	144	Tinta Esmalte Epoxi. Brilhante, Branco, Com elevada resistência 3,6 L - Primeira Linha - Base de água	262979	Lata	10	100
	145	Tinta Látex Acrílico, para pintura predial Exterior /Interior, acabamento fosco, base Agua, cor Branco, lata com 18 Litros	320214	Lata	20	200
	146	Tinta para piso na cor AMARELA, de primeira qualidade, lata de 18 litros	239585	Lata	10	100
	147	Tinta para piso na cor BRANCA de primeira qualidade, lata de 18 litros	262306	Lata	10	100
	148	Tinta para piso na cor CINZA, de primeira qualidade, lata de 18 litros	239586	Lata	10	100
	149	Alicate de pressão 10" Reto	606035	Unid.	1	2
	150	Broca de Aço Rápido 10mm	619903	Unid.	3	30
	151	Broca de Aço Rápido 4mm	482733	Unid.	3	30
		Broca de Aço Rápido 5mm c/				

7	152	10	482565	Unid.	3	30
	153	Disco de Corte 115x1x 22,23 mm Marca de Referência: Stanley	626842	Unid.	10	100
	154	Disco de Corte Diamantado, 4 polegadas, furo 12,70mm	415619	Unid.	10	100
	155	Disco de Desbaste aço-inox - 115 mm x 6,4 x 22,23mm - Modelo de Referência Norton BDA 600	446555	Unid.	2	20
	156	Disco Flap G120 - 115mmx22,23mm - Marca de Referência Wurth	475836	Unid.	2	20
	157	Disco para policorte 12"x1/8"x1"	312485	Unid.	1	10
	158	Eletrodo E316L - 2 mm (Inox) (2 KG)	484437	Unid	1	10
	159	Eletrodo E6013 - 2 mm (1KG)	431109	Kilo	1	10
	160	Eletrodo E7018 - 3,25 mm (5Kg)	396595	Caixa	1	4
	161	Escova de Aço Manual 5 Fileiras	440011	Unid.	1	4
	162	Esmerilhadeira Angular, 850w, 220V p/ disco de 4 1/2 polegadas	601425	Unid.	1	10
	163	Jogo de 3 brocas escalonadas com revestimento de titânio 4-12mm, 4-20mm e 4-32mm	449500	Unid.	1	6
8	164	Argamassa Tipo ACI 20Kg	441241	Sacos	20	100
	165	Piso brilhante Branco 45x45	444388	M²	20	200
	166	Rejunte Flexível Cerâmica Branco 1 KG	370313	Kilo	50	500
	167	Revestimento/Azulejo Quadrado Branco Brilhante 15x15	374196	M²	10	100
	168	Revestimento Branco Retificado 33x59	405781	M²	20	200

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DINFR	Gilberto Magalhães

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Sustentabilidade

4.1.1 O Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares exigirá de seus fornecedores, no exercício de seus mistérios, responsabilidade social e ambiental; no primeiro caso, privilegiando a adoção de práticas que favoreçam a inclusão social e, no segundo, de práticas que combatam o desperdício de recursos naturais e evitem danos ao meio ambiente, conforme o Plano Diretor de Logística Sustentável da Comissão Nacional de Energia Nuclear - PLS - 2024 /2027. (Anexo I)

4.1.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.2.1. A CONTRATADA deverá atender aos critérios e práticas sustentáveis previstas por meio do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, tais como:

- a) preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local
- b) maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- c) maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- d) maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- e) uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- f) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- g) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações, etc.) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos, atendendo ao Decreto nº 8.539 de 08/10 /2015 que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.1.4. Ainda considerando o impacto ambiental da execução das atividades, o planejamento e metodologia das auditorias/atividades e preparação das programações, a CONTRATADA deverá aplicar as melhores técnicas e fazer o uso racional dos recursos, já que estes têm impacto direto em consumo de energia, além de eventualmente na produção de lixo.

4.2. Critérios de Qualificação Técnica

4.2.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.2.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

4.2.3. O Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços

4.3 Garantia da contratação:

4.3.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021

4.3.1.1 Optou-se pela não exigência de garantia da contratação, conforme faculta o Art. 96 da Lei nº 14.133/2021. A decisão se fundamenta na natureza da contratação, uma Ata de Registro de Preços para fornecimento parcelado, onde o pagamento ocorre somente após a entrega e aceitação de cada remessa. Este modelo, somado à ampla disponibilidade do objeto no mercado e aos mecanismos de

sanção por inexecução, já mitiga satisfatoriamente os principais riscos. Ademais, a dispensa da garantia fomenta a ampla competição e a obtenção de propostas mais vantajosas, alinhando-se aos princípios da eficiência e da economicidade.

4.4. Os bens a serem adquiridos são classificados como comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definíveis por meio de especificações usuais de mercado, conforme o Art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021. As características dos itens, como dimensões, materiais e normas técnicas da ABNT, são padronizadas e não exigem avaliação subjetiva. Por serem produtos de prateleira com ampla oferta no mercado, a competição não é restrita, o que permite a utilização da modalidade Pregão.

4.4.1. Conformidade e Qualidade dos Materiais:

- Todos os materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, e estar em perfeita conformidade com as especificações técnicas detalhadas no Anexo I deste Termo de Referência.
- Os produtos devem atender rigorosamente às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e, na ausência destas, às normas internacionais consagradas ou às especificações do fabricante.
- A Contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização do contrato, os certificados de conformidade, laudos técnicos ou relatórios de ensaio que comprovem o atendimento às normas vigentes.

4.4.2. Condições de Entrega:

- A entrega dos materiais ocorrerá conforme a demanda da Administração, mediante a emissão da respectiva Nota de Empenho.
- O prazo de entrega para cada remessa será de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
- O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que a Contratada apresente solicitação justificada com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do vencimento do prazo original.
- Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:
Divisão de Infraestrutura - Av. Professor Lineu Prestes 2242 - Cidade Universitária - Butantã - São Paulo SP
- Os materiais deverão ser entregues em embalagens adequadas que garantam sua integridade durante o transporte e manuseio.

4.5 Garantia do objeto e Suporte:

- O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)
- Itens que apresentarem defeitos dentro do prazo de garantia deverão ser substituídos sem qualquer ônus para a Administração, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação.

4.6. Do Índice de Reajuste

4.6.1. A escolha do índice de reajuste contratual é uma decisão que requer análise para garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato sem gerar ônus excessivo para a Administração. Nesse sentido, e em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União (e.g., Acórdão nº 114/2013 - Plenário), o índice eleito deve ser o que melhor reflete a variação de custos do objeto contratado.

4.6.2. Após análise dos índices disponíveis, opta-se pela adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE. A fundamentação para esta escolha baseia-se na seguinte comparação técnica:

- Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M): Este índice, embora comum no mercado, apresenta alta volatilidade por ser fortemente influenciado pela variação cambial e pelos preços no atacado (60% de sua composição). Sua aplicação em contratos administrativos representa um risco de desequilíbrio, podendo gerar reajustes desproporcionais que oneram injustificadamente o erário.

- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA): Este é o índice oficial de inflação do país, utilizado pelo Banco Central para o sistema de metas. Sua composição é mais estável e representativa da inflação real, pois se baseia em uma ampla cesta de consumo das famílias brasileiras. Seu uso confere maior segurança jurídica, previsibilidade e aderência aos custos efetivos da economia.

4.6.3. Portanto, a escolha do IPCA como índice de reajuste para este contrato é a decisão técnica mais segura e alinhada aos princípios da eficiência e da economicidade, assegurando que o reajuste cumpra sua finalidade de recompor o valor da moeda sem incorrer nos riscos associados a índices mais voláteis.

4.7 Critérios de Padronização

Conforme consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, verificou-se que os únicos itens atualmente padronizados são água mineral sem gás, café e açúcar. Assim, os itens constantes deste ETP não possuem padronização vigente no PNCP, razão pela qual suas especificações foram definidas com base em práticas usuais de mercado e normas técnicas aplicáveis.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Objetivo e Metodologia

Em conformidade com o artigo 28 da Lei nº 14.133/2021, foi realizado um levantamento de mercado com o objetivo de prospectar e avaliar as soluções disponíveis para a aquisição futura e parcelada de materiais de manutenção civil, hidráulica, marcenaria, serralheria e elétrica, destinados a atender às necessidades contínuas do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN).

A pesquisa foi executada por meio das seguintes ações:

- a) Consulta a Fornecedores: Foram solicitados orçamentos a empresas do ramo, visando obter uma amostragem de preços praticados no mercado para itens representativos da demanda.
- b) Pesquisa em Plataformas Online: Realizou-se uma ampla prospecção em sites de comércio eletrônico e marketplaces, confirmando a vasta disponibilidade dos materiais e a existência de um mercado competitivo e diversificado.
- c) Análise de Contratações Similares: Verificação de atas de registro de preços e processos licitatórios de outros órgãos da Administração Pública para objetos semelhantes, a fim de balizar os preços e as condições contratuais.

Pregão Eletrônico: 90025/2024 UASG: 389297 Id contratação PNCP: 62655246000159-1-000231/2024

Pregão Eletrônico: 90013/2025 UASG: 160206 - Id contratação PNCP: 00394452000103-1-019221/2025

Pregão Eletrônico Nº 90015/2025 UASG: 791181 - Id contratação PNCP: 00394502000144-1-008475/2025

Pregão Eletrônico Nº 90003/2025 - UASG 154580 - Id contratação PNCP: 10724903000179-1-000208/2025

Esta abordagem permitiu concluir que os itens são bens comuns, com ampla oferta e padronização, o que facilita a competição e a obtenção de propostas vantajosas.

5.2. Análise Comparativa das Alternativas de Contratação

Considerando a natureza dos bens (comuns), a necessidade de aquisições fracionadas e a imprevisibilidade da demanda exata ao longo do tempo, foram analisadas as seguintes alternativas para a contratação:

Alternativa de	Vantagens para a
----------------	------------------

Contratação	Administração	Desvantagens para a Administração	Aplicabilidade ao Caso
1. Contratação Direta (Dispensa)	- Celeridade no processo de compra imediata.	- Limitação pelo valor (Art. 75, II da Lei 14.133/21). - Não atende a compras futuras e parceladas ao longo do ano. - Risco de fracionamento de despesa se as compras superarem o limite.	O valor total estimado da demanda anual supera o limite da dispensa, e a natureza da necessidade é contínua, não pontual.
2. Licitação Tradicional (Pregão para Compra Imediata)	- Garante competitividade e isonomia para uma compra específica. - Transparência no processo. - Flexibilidade: Permite aquisições parceladas conforme a necessidade. - Economicidade: Garante os melhores preços por meio da competição, que ficam registrados por 12 meses.	- Exige a definição prévia da quantidade exata a ser adquirida. - Obriga a um único empenho e pagamento, imobilizando espaço de armazenamento. - Não oferece flexibilidade para demandas não previstas.	A necessidade do IPEN é de aquisições parceladas conforme a demanda surja. Um pregão para compra única não atenderia a essa característica.
3. Licitação (Pregão Eletrônico) com Sistema de Registro de Preços (SRP)	- Eficiência Orçamentária: O empenho ocorre apenas na necessidade da compra, otimizando o fluxo financeiro. - Agilidade: Reduz a burocracia para compras futuras dentro da vigência da ata. - Segurança: Evita a necessidade de manter grandes estoques.	- Exige um bom planejamento da demanda estimada. - Possibilidade de o fornecedor não conseguir manter o preço registrado em caso de forte variação de mercado (risco mitigado pela Lei 14.133/21).	Atende perfeitamente à necessidade de compras fracionadas, sob demanda, com previsibilidade de custos e agilidade, alinhando-se à dinâmica do IPEN.

5.3. Justificativa para a Escolha do Sistema de Registro de Preços (SRP)

Com base na análise comparativa, a adoção do Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços (SRP) se consolida como a alternativa mais vantajosa, eficiente e juridicamente segura para atender à presente demanda, pelos seguintes motivos estratégicos:

- **Flexibilidade e Atendimento Sob Demanda:** O SRP é o mecanismo ideal para contratações de bens cuja demanda é contínua, porém de quantitativo e momento imprevisíveis. As aquisições são realizadas apenas quando a necessidade se concretiza, evitando a compra de materiais que poderiam ficar obsoletos ou ocupar espaço desnecessário em estoque.
- **Otimização do Planejamento Orçamentário e Financeiro:** Este é um dos benefícios mais impactantes para a gestão pública. Com o SRP, a Administração Pública não precisa ter, no momento da licitação, a dotação orçamentária correspondente ao valor total da Ata de Registro de Preços. O compromisso financeiro (empenho) é realizado de forma fracionada, exclusivamente no ato de cada solicitação de compra e conforme a disponibilidade de recursos daquele período. Isso confere uma gestão de caixa mais dinâmica, evita a imobilização de verbas e alinha perfeitamente o gasto público à execução real da despesa.
- **Vantajosidade Econômica Sustentada:** O pregão garante a obtenção do menor preço através de ampla competição. Esse preço vantajoso fica registrado pelo período de vigência da ata, protegendo a Administração de flutuações de mercado e garantindo economia em todas as aquisições futuras realizadas dentro desse período.
- **Redução da Carga Administrativa:** Uma vez homologada a ata, as futuras aquisições são feitas por simples emissão de nota de empenho, eliminando a necessidade de instruir um novo processo licitatório a cada nova demanda, o que gera grande economia processual e de tempo para as equipes.

Tais justificativas atendem às hipóteses previstas no art. 3º, incisos I, II e V, do Decreto n.º 11.462/2023, uma vez que se trata de objeto cuja demanda é permanente e frequente (inciso I), cujas entregas devem ocorrer de forma parcelada conforme a necessidade administrativa (inciso II), e cujo quantitativo não pode ser previamente definido com precisão (inciso V).

5.4. Conclusão

Diante do exposto, considerando a natureza dos bens, a dinâmica da demanda do IPEN e as vantagens comparativas, conclui-se que a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, é a solução que melhor atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, sendo, portanto, a alternativa recomendada para a presente contratação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Abrangência e Essencialidade da Solução

A solução proposta visa garantir a plena operacionalidade da infraestrutura física do IPEN, que é um pilar fundamental para o desenvolvimento de suas atividades finalísticas, incluindo a pesquisa e a produção realizadas em centros do IPEN.

Os materiais objeto desta contratação, embora de natureza comum, são essenciais para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, assegurando a integridade do patrimônio, a segurança dos ambientes de trabalho e a continuidade das operações do Instituto, evitando a degradação patrimonial e a interrupção de serviços essenciais.

6.2. Definição da Solução como um Todo

A solução, portanto, não se resume à simples aquisição de produtos, mas sim à implementação de um modelo de gestão de suprimentos eficiente e flexível, viabilizado pelo Sistema de Registro de Preços (SRP). Este modelo é composto por dois componentes principais:

- Componente 1: Procedimento Licitatório (Pregão Eletrônico): Garante a seleção da proposta mais vantajosa por meio de um processo competitivo, isonômico e transparente.
- Componente 2: Gestão Contratual (Ata de Registro de Preços): Estabelece uma relação de itens com preços definidos, permitindo que o IPEN realize aquisições fracionadas, conforme a demanda e a disponibilidade orçamentária, sem a necessidade de novos certames.

6.3. Funcionamento Operacional da Solução

Uma vez homologado o resultado do Pregão, será formalizada a Ata de Registro de Preços (ARP) com os fornecedores vencedores. Durante a vigência da ata, o fluxo operacional ocorrerá da seguinte forma:

1. Demanda: A Divisão de Infraestrutura (DINFR) identifica a necessidade do material.
2. Solicitação: É emitida uma Ordem de Fornecimento (ou documento equivalente) ao fornecedor registrado, formalizando o pedido.
3. Empenho: A despesa é empenhada no valor exato daquela solicitação, otimizando o uso dos recursos orçamentários.
4. Entrega: O fornecedor entrega os materiais nos prazos e condições definidos em edital, suprimindo a necessidade de forma planejada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades constantes deste Estudo Técnico Preliminar foi elaborada em atendimento ao art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e aos parâmetros estabelecidos pela IN SEGES/ME nº 58/2022 e pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Trata-se de uma contratação voltada ao atendimento de manutenção predial, cujas demandas possuem natureza variável, fragmentada e não passível de previsão exata, devido à ocorrência de manutenções corretivas emergenciais, desgaste natural das edificações, intempéries, intervenções estruturais não programáveis e oscilação no volume de ordens de serviço ao longo do ano. Essa característica, inclusive, fundamenta o uso do Sistema de Registro de Preços, conforme art. 3º, inciso V, do Decreto nº 11.462/2023.

Assim, a definição dos quantitativos mínimos e máximos dos itens constantes da tabela do item 2.3 foi realizada com base em:

1. Histórico de consumo de materiais utilizados em processos de manutenção predial, registrados nos processos SEI:
 - 01342.000638/2025-07
 - 01342.000851/2025-19
 - 01342.003466/2023-53
 - 01342.003911/2023-85
 - 01342.004047/2023-39
 - 01342.004113/2023-71
 - 01342.004348/2023-62
 - 01342.004473/2023-72
 - 01342.004672/2023-81

2. Experiência técnica da equipe de manutenção da SEINF (Serviço de Infraestrutura), responsável por acompanhar de forma contínua as necessidades de materiais e intervenções realizadas ao longo dos exercícios anteriores.
3. Padrão médio histórico de ordens de serviço (Sistema de chamados de manutenção predial), considerando manutenção preventiva e corretiva, com variação decorrente da condição estrutural dos prédios, riscos ambientais e intempéries.
4. Imprevisibilidade inerente à manutenção predial, que inviabiliza a definição exata do quantitativo a ser adquirido. Por essa razão, as quantidades foram definidas por faixas (mínimo e máximo), representando projeções técnicas razoáveis e coerentes com o histórico do órgão.

Desta forma, a estimativa apresentada neste ETP reflete um cenário técnico possível, baseado em informações históricas, experiência acumulada da área executora e necessidade de garantir fornecimento contínuo, ainda que sob demanda.

Importante esclarecer que as quantidades estimadas foram projetadas considerando a possibilidade de vigência de até dois anos para a Ata de Registro de Preços, conforme permitido pelo art. 105 da Lei nº 14.133/2021. Contudo, tais quantitativos representam a estimativa total para todo o período potencial de vigência. Assim, para fins de referência anual, o consumo médio pode ser aproximado pela divisão desses quantitativos pelo período correspondente. Ressalta-se que a eventual prorrogação da ata não implica renovação automática dos quantitativos, conforme a legislação aplicável.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.154.062,82

Com base no levantamento de mercado conforme determinado pelo artigo 28 da Lei nº 14.133/2021, a estimativa do valor total da contratação é de R\$ 1.154.062,82 (Um milhão, cento e cinquenta e quatro mil, sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos), considerando as quantidades estimadas e os preços médios obtidos na pesquisa de mercado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Conforme o art. 47 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto é a regra. Para esta contratação, destinada ao Registro de Preços para futuras e incertas aquisições de materiais de manutenção, opta-se pela licitação com critério de julgamento de menor preço por lote.

Justificativa da Estratégia:

A adoção do critério de menor preço por lote revelase a solução mais adequada e vantajosa para este objeto, considerando:

Coerência Técnica e Funcional:

A estruturação dos itens em lotes decorre da similaridade técnica, funcional ou operacional dos materiais que os compõem, permitindo que cada lote represente um conjunto coerente e logicamente agrupado. Esse formato assegura maior padronização e compatibilidade entre os produtos adquiridos dentro do mesmo lote.

Racionalidade Operacional e de Gestão:

O julgamento por lote simplifica o gerenciamento da Ata de Registro de Preços, reduzindo a fragmentação excessiva e facilitando o controle de saldos, entregas, prazos e conformidade dos materiais. Isso contribui para maior eficiência administrativa e redução de riscos na execução contratual.

Economia de Escala:

A disputa por lote possibilita que fornecedores apresentem propostas mais competitivas ao considerar ganhos de escala na comercialização agrupada dos materiais, o que pode resultar em preços globais mais vantajosos para a Administração.

Dessa forma, embora a licitação ocorra em um único certame, a adoção do critério de menor preço por lote assegura o parcelamento material do objeto, mantém a coerência técnica entre os itens agrupados e maximiza a eficiência administrativa, alinhando-se ao art. 47 da Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de gestão de compras públicas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes para esta aquisição, conforme previsto no artigo 17, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. A contratação é autônoma e específica para a manutenção dos bens imóveis do IPEN/CNEN.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada com o planejamento estratégico do IPEN, conforme estabelecido no artigo 5º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que visa garantir a manutenção e melhoria contínua das instalações físicas, proporcionando um ambiente seguro e adequado para as atividades da instituição.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se alcançar os seguintes resultados, conforme determinado pelo artigo 4º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021:

- Manutenção contínua e eficiente dos bens imóveis do IPEN.
- Disponibilidade de materiais necessários para reparos e melhorias prediais.
- Redução de custos com reparos emergenciais devido à pronta reposição de materiais.
- Melhoria na qualidade e segurança das instalações físicas.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Gestão adequada do Contrato pelos requisitantes do IPEN, cabendo durante a gestão dos itens, registrar no exercício subsequente no PAC – Plano Anual de Contratação no sistema PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações subsequente ao término da vigência do Termo Contratual, conforme §3º do artigo 19º da Portaria DIPEN nº 17, de 23/01/2020 (SEI nº 0354755).

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Critérios e práticas de que devem ser veiculados como especificação técnica sustentabilidade do objeto ou como obrigação da contratada:

14.1.1 – A Contratada deverá sempre que possível apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações, etc) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos, atendendo ao Decreto nº 8.539 /2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

14.1.1.1 – Ainda considerando o impacto ambiental da execução das atividades, o planejamento e metodologia das auditorias/atividades e preparação das programações, a Contratada deverá aplicar as melhores técnicas e fazer o uso racional dos recursos, já que estes têm impacto direto em consumo de energia, além de eventualmente na produção de lixo.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1Conforme dados expostos neste estudo preliminar realizado pela Equipe de Planejamento nomeada pela Portaria, DECLARAMOS que a contratação proposta pela unidade requisitante É VIÁVEL nos termos da legislação, conforme razões a seguir:

- a) há orçamento disponível para a contratação no exercício corrente;
- b) a necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada;
- c) o alinhamento da contratação com os planos do IPEN e da CNEN;
- d) todos os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o IPEN;
- e) as quantidades de itens a contratar estão coerentes com as demandas previstas;
- f) a análise de mercado foi adequadamente realizada e demonstrou haver capacidade do mercado em atender à necessidade de negócio;
- g) a escolha do tipo de solução a contratar está devidamente justificada;
- h) as estimativas preliminares dos preços dos itens a contratar foram feitas e documentadas adequadamente e não há despesas fixas após a implantação da solução;
- i) a solução a contratar está devidamente descrita, incluindo todos os elementos necessários para alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação;
- j) há justificativas para o não parcelamento da solução;
- k) os resultados pretendidos com a contratação foram devidamente expostos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
- l) os impactos esperados com a contratação da solução foram identificados e as providências para adequar o ambiente do órgão foram planejadas e são consideradas viáveis e há disponibilidade de pessoal qualificado para gerir o contrato;
- m) os riscos relevantes foram adequadamente levantados e devidamente mitigados; e
- n) a relação custo-benefício da contratação é considerada favorável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GILBERTO MAGALHAES

Chefe do Departamento de Infraestrutura



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 11:10:34.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Plano_de_Logística_Sustentável__IPEN_CNEN_2024_a_2027__v_15032024.pdf (527.45 KB)

COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Ata de Registro de Preços 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2026	113202-COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	VIVIANE APARECIDA ZENARO	28/04/2026 14:00 (v 0.10)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	365/2026	01342.000936/2026-70

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº 01342.000936/2026-70

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN, por intermédio do INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES - IPEN, com sede na Av. Prof. Lineu Prestes, nº 2.242 - Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", Bairro Butantã , na cidade de São Paulo - SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.402.552/0005-50 e Inscrição Estadual nº 110.670.880.110, neste ato representado(a) pelo(a) Diretora de Unidade Administrativa de Órgão Conveniado, da Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento, da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, Dra. ISOLDA COSTA nomeado(a) pela Portaria MCTI nº 102, de 25/02/2026, publicada no D.O.U. nº 38, página 4, Seção 2, em 26/02/2026, portador da Matrícula Funcional nº 668658, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica , para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 01342.000936/2026-70, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de materiais de construção para manutenção, especificado(s) no(s) item(ns) 1 do Termo de Referência, anexo 1 do Edital de licitação n.º xxxx/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]								
LOTE	Item	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Quantidade	Valor	Prazo garantia ou

	do TR				Máxima	Minima	Unitário	validade
1	1	Areia Média		M³	150			
	2	Bloco de Concreto 14x19x39		Unid.	6000			
	3	Bloco de Concreto 19x19x39		Unid.	6000			
	4	Cal Hidratada (Hidróxido de Cálcio), Branca para construção civil		Sacos	100			
	5	Chave Elétrica, tipo boia, reversível, 15A, 250VCA		Unid.	20			
	6	Cimento CP II F 32 50 KG		Sacos	100			
	7	Folha de porta semioca 210x82x35		Unid.	50			
	8	Folha de porta semioca 210x90x35		Unid.	50			
	9	Folha de porta semioca 210x92x35		Unid.	50			
	10	Manta Asfáltica Impermeabilizante a base de asfalto modificado com polímeros elastômeros. Rolo com 10 M de comprimento, 1 M de largura e 4 MM de espessura		Unid.	100			
	11	Pedra de Brita número 1		M³	10			
	12	Pedra de Brita número 2		M³	10			
	13	Piso Vinílico Tipo Paviflex 30x30 Cinza Classic		M²	150			
	14	Piso Vinílico Tipo Paviflex, 30x30 Bege		M²	150			
		Telha Canaleta,						

	15	Fibrocimento, Comp. 6,0 M, Esp. 8MM		Unid.	100			
	16	Telha Canalete, Fibrocimento, Comp. 6,5 M, Esp. 8MM		Unid.	100			
	17	Telha de Fibrocimento Ondulada 244x110x6mm		Unid.	100			
	18	Tijolo de Barro Cozido, padrão comum primeira linha		Unid.	5000			

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]								
LOTE	Item do TR	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
2	19	Lâmpada Led, 12 W, Bivolt, Rosca E27		Unid.	300			
	20	Lâmpada Led, Tubular T8, 20 W, Bivolt		Unid.	2500			
	21	Multímetro digital, 1000V, capacitância até 1000 micro F		Unid.	2			

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]								
LOTE	Item do TR	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
	22	Alicate Bico, isolado 6 polegadas		Unid.	10			
	23	Alicate de Corte, cabo isolado, 6 polegadas, para uso elétrico		Unid.	10			
	24	Alicate Universal, com isolamento, capacidade 8 polegadas, tratamento térmico total e indução no corte		Unid.	10			
	25	Arco de Serra ajustável 12"		Unid.	50			
		Caixa Sanfonada, 400mm com 5 gavetas para						

3	26	ferramentas		Unid.	3			
	27	Chave Ajustável, tipo inglesa, 12 polegadas		Unid.	5			
	28	Chave de Boca Ajustável (Inglesa), 10 polegadas		Unid.	5			
	29	Chave de Boca Ajustável (Inglesa), 6 polegadas com abertura da boca de 18MM		Unid.	5			
	30	Conjunto (KIT) Furadeira e Parafusadeira, 12V com maleta		Unid.	5			
	31	Furadeira Impacto/ Parafusadeira sem fio, 20V, Mandril: 1/2 POL		Unid.	5			
	32	Jogo Chave de Boca Combinada		Unid.	5			
	33	Jogo Chave de Fenda e Philips, com 6 peças		Unid.	5			
	34	Jogo de Chaves Fixa, aço, 12 peças		Unid.	5			
	35	Jogo de Chaves Hexagonal (allen ou sextavada), aço cromo-vanadium 50CR V4, 22 peças		Unid.	5			
	36	Lavadora Alta Pressão Profissional, 600l/h, 1550 PSI		Unid.	2			
	37	Máquina de Solda Portátil, tipo inversora, 200A para eletrodo revestido		Unid.	2			
	38	Martelo Tipo Unha, com cabo de madeira, 27mm		Unid.	10			
	39	Nível Bolha, Alumínio, 12 pol com 3 bolhas		Unid.	10			

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]

LOTE	Item do TR	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
------	------------	---------------	-------	---------	-------------------	-------------------	----------------	----------------------------

40	Adaptador PVC - Soldável - 1" Cor: Marrom		Unid.	200			
41	Adaptador PVC - Soldável - 1 /2" Cor: Marrom		Unid.	100			
42	Adaptador PVC - Soldável - 3 /4" Cor: Marrom		Unid.	200			
43	Adesivo Plástico para PVC Incolor - 850 gramas		Unid.	100			
44	Joelho 45° de PVC Soldável de 1/2" Marrom		Unid.	100			
45	Joelho 45° de PVC Soldável de 2" Marrom		Unid.	100			
46	Joelho 45° de PVC Soldável 1 1/2"Marrom		Unid.	100			
47	Joelho 45° de PVC Soldável 1" Marrom		Unid.	50			
48	Joelho 45° de PVC Soldável 3 /4" Marrom		Unid.	100			
49	Joelho 90° de PVC Soldável de 1 1/2" Marrom		Unid.	100			
50	Joelho 90° de PVC Soldável de 1" Marrom		Unid.	200			
51	Joelho 90° de PVC Soldável de 1/2" Marrom		Unid.	100			
52	Joelho 90° de PVC Soldável de 2 ½" Marrom		Unid.	50			
53	Joelho 90° de PVC Soldável de 2" Marrom		Unid.	100			
54	Joelho 90° de PVC Soldável de 3/4" Marrom		Unid.	300			
55	Joelho De Redução 90° de PVC - Soldável - 3/4" X 1/2"		Unid.	200			
56	Kit de Reparo para Caixa Acopladas		Unid.	200			
57	Luva Pvc Soldável 1" Marrom		Unid.	200			
58	Luva Pvc Soldável 1/2" Marrom		Unid.	100			
59	Luva Pvc Soldável 3/4" Marrom		Unid.	200			
60	Luva de PVC Soldável 2 ½" Marrom		Unid.	50			
61	Luva de PVC Soldável 2" Marrom		Unid.	100			
	Luva de PVC Soldável 3"						

4	62	Marrom		Unid.	50			
	63	Luva de Redução de PVC Soldável de 1 1/2" x 3/4"		Unid.	100			
	64	Luva de Redução de PVC Soldável de 1 1/4" x 1"		Unid.	50			
	65	Luva De Redução de Pvc Soldável 3/4" X 1/2"		Unid.	200			
	66	Luva de Redução de PVC Soldável de 2 1/2"x 2"		Unid.	50			
	67	Luva de Redução de PVC Soldável de 2" x 1 1/2"		Unid.	50			
	68	Rabicho Flexível de Alta Pressão 40 cm		Unid.	300			
	69	Registro Esfera Pvc Manual 1" Soldável		Unid.	100			
	70	Registro Esfera Pvc Manual 3/4" Soldável		Unid.	100			
	71	Reparo para Válvula Sanitária, cromada – fixação roscável; bitola 1 1/2"; DN32/DN40.		Unid.	200			
	72	Sifão de PVC tipo Sanfona		Unid.	300			
	73	Tê de Pvc Soldável 1 1/2" Marrom		Unid.	200			
	74	Tê de Pvc Soldável 1" Marrom		Unid.	100			
	75	Tê de Pvc Soldável 1/2" Marrom		Unid.	100			
	76	Tê de PVC Soldável 2 1/2" Marrom		Unid.	40			
	77	Tê de PVC Soldável 2" Marrom		Unid.	70			
	78	Tê de PVC Soldável 3" Marrom		Unid.	20			
	79	Tê de Pvc Soldável 3/4" Marrom		Unid.	300			
	80	Tê De Redução 90° Pvc Soldável 3/4" X 1/2"		Unid.	200			
	81	Torneira de mesa, cozinha, bica alta móvel com arejador articulável e alavanca		Unid.	100			
	82	Torneira de parede, cozinha, bica alta móvel com arejador articulável e alavanca		Unid.	100			

83	Torneira Lavatório, Cromada, fechamento automático, tipo mesa		Unid.	100			
84	Torneira Lavatório, Cromada, fechamento manual, tipo mesa, 1/2 POL		Unid.	100			
85	Tubo de esgoto 150mm 6m		Unid.	22			
86	Tubo de Pvc Soldável 1/2" Marrom - 6M		Unid.	30			
87	Tubo de PVC Soldável 2 ½ Marrom - 6M		Unid.	20			
88	Tubo de PVC Soldável 2 Marrom - 6M		Unid.	30			
89	Tubo de PVC Soldável 3 Marrom - 6M		Unid.	10			
90	Tubo Pvc Soldável 1 1/2" Marrom - 6M		Unid.	50			
91	Tubo Pvc Soldável 1" Marrom - 6M		Unid.	50			
92	Tubo Pvc Soldável 3/4" Marrom - 6M		Unid.	100			
93	União PVC Soldável, 60mm		Unid.	50			
94	União PVC Soldável, 75mm		Unid.	30			
95	União PVC Soldável, 85mm		Unid.	20			
96	Válvula de escoamento para lavatório – material: polipropileno; diâmetro 1" x 1/2"; dupla vedação EPDM		Unid.	100			
97	Válvula de mictório cromada 1/2"		Unid.	100			
98	Válvula de Escoamento para Lavatório Metal 7/8		Unid.	200			
99	Vaso sanitário com caixa acoplada – cor gelo; duplo acionamento (3 e 6 L); saída vertical; acabamento auto brilho.		Unid.	50			
100	Vedante Torneira Material: Plástico Bitola: 1/2 POL		Unid.	1000			
101	Vedante Torneira Material: Plástico		Unid.	1000			

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]

LOTE	Item do TR	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
5	102	Chapa de compensado revestida de capa de Sumauma, torneada com miolo formado por madeiras tropicais e/ou pinus. Dimensões: 2,20 m X 1,60 m X 6 mm		Unid.	100			
	103	Chapa de MDF - 2 Faces - Branca - 15mm x 2,75x 1,85 mts		Unid.	100			
	104	Chapa de MDF - 2 Faces - Branca - 6 mm x 2,75x 1,85 mts		Unid.	80			
	105	Cinta de lixa p/ madeira em lona, 1480mm x 150mm, 80 gr		Unid.	500			
	106	Cinta de lixa p/ madeira em lona, 4100mm x 150mm, 80 gr		Unid.	500			
	107	Cola de contato Formica s/ Toluol Lata 2,8Kg		unid	40			
	108	Cola Madeira Extraforte PVA (1 KG) - Marca de Referência: Cascola		Unid.	60			
	109	Compensado de Sumaúma 15 mm		Unid.	80			
	110	Compensado de Sumaúma 6 mm		Unid.	80			
	111	Esquadro, precisão, 10 pol.		Unid.	10			
	112	Laminado de Madeira Cerejeira, natural, 2.850 X290X0,6 MM		Unid.	100			
	113	Laminado de Madeira Freijó, natural, 2.800X600X0,6 MM		Unid.	100			
	114	Laminado de Madeira Pré-Composta de Carvalho Americano Catedral, 3.150 X640X0,6 MM		Unid.	60			
	115	Laminado Melamínico Branco (Fórmica), Texturizado, 3,08 m X 1,25 m X 0,08 mm		Unid.	100			

116	Lima Murça Chata, 8 polegadas		Unid.	10			
117	Lima Murça Quadrada, 8 polegadas		Unid.	10			
118	Lima Murça Redonda		Unid.	10			
119	Parafuso Philips 3,5 x 12 mm (caixa com 1000)		Unid	40			
120	Parafuso Philips 3,5 x 40 mm (caixa com 1000)		Unid	40			
121	Parafuso Philips 4,2 x 30 mm (caixa com 1000)		Unid	40			
122	Parafuso Philips 4,8 x 50 mm (caixa com 1000)		Unid	80			
123	Parafuso Philips 6,0 x 100 mm (caixa com 1000)		Unid	80			
124	Placa (chapa) de madeira MDF, 2,75 M X 1,85 M X 18 MM. Acabamento nas duas faces na cor cru, força e aplainada		Unid.	100			
125	Pontalete cedrino 7x7 cm		Metro	200			
126	Prego sem cabeça 10x10		Kilo	80			
127	Prego sem cabeça 12x12		Kilo	40			
128	Prego sem cabeça 13x18		Kilo	80			
129	Prego sem cabeça 15x15		Kilo	40			
130	Seladora p/ madeira 3,6 L		Lata	20			

	131	Tábua Cedrinho 30 cm x 2,50		Unid.	100			
	132	Tapa furo adesivo Branco 12 mm		Caixa	20			
	133	Tubo de Cola Instantanea com 100 gramas - Marca de Referência: TeckBond		Unid.	40			
	134	Verniz EPOXI Brilhante, incolor, com catalizador, galão 3,6 litros. Aplicação: madeira		Galão	50			
	135	Viga de peroba 8m x 15 cm x 6cm		Unid.	100			

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]								
LOTE	Item do TR	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
6	136	Cal para pintura, saco de 8 Kg.		Sacos	100			
	137	Lixa Massa P100		Unid.	100			
	138	Lixa para Metal D'água Grão 600		Unid.	100			
	139	Lixa para Metal D'Água Grão 80		Unid.	100			
	140	Pincel Para Esmalte 2"		Unid.	50			
	141	Rolo de Pintura de Lã - 23 CM		Unid.	50			
	142	Rolo de Pintura de Lã de Carneiro - 9 CM		Unid.	50			
	143	Selador para Madeira, concentrada, a base de Nitrocelulose Apresentação: Galão 3,6 litro		Galão	20			

	144	Tinta Esmalte Epoxi. Brilhante, Branco, Com elevada resistência 3,6 L - Primeira Linha - Base de água		Lata	100			
	145	Tinta Látex Acrílico,para pintura predial Exterior /Interior, acabamento fosco, base Agua, cor Branco, lata com 18 Litros		Lata	200			
	146	Tinta para piso na cor AMARELA, de primeira qualidade, lata de 18 litros		Lata	100			
	147	Tinta para piso na cor BRANCA de primeira qualidade, lata de 18 litros		Lata	100			
	148	Tinta para piso na cor CINZA, de primeira qualidade, lata de 18 litros		Lata	100			

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]								
LOTE	Item do TR	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
	149	Alicate de pressão 10" Reto		Unid.	2			
	150	Broca de Aço Rápido 10mm		Unid.	30			
	151	Broca de Aço Rápido 4mm		Unid.	30			
	152	Broca de Aço Rápido 5mm c/ 10		Unid.	30			
	153	Disco de Corte 115x1x 22,23 mm Marca de Referência: Stanley		Unid.	100			
	154	Disco de Corte Diamantado, 4 polegadas, furo 12,70mm		Unid.	100			
	155	Disco de Desbaste aço-inox - 115 mm x 6,4 x 22,23mm - Modelo de		Unid.	20			

7		Referência Norton BDA 600						
	156	Disco Flap G120 - 115mmx22,23mm - Marca de Referência Wurth		Unid.	20			
	157	Disco para policorte 12"x1/8" x1"		Unid.	10			
	158	Eletrodo E316L - 2 mm (Inox) (2 KG)		Unid	10			
	159	Eletrodo E6013 - 2 mm (1KG)		Kilo	10			
	160	Eletrodo E7018 - 3,25 mm (5Kg)		kilo	4			
	161	Escova de Aço Manual 5 Fileiras		Unid.	4			
	162	Esmerilhadeira Angular, 850w, 220V p/ disco de 4 1/2 polegadas		Unid.	10			
	163	Jogo de 3 brocas escalonadas com revestimento de titânio 4-12mm, 4-20mm e 4-32mm		Unid.	6			

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]								
LOTE	Item do TR	Especificação	Marca	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade
	164	Argamassa Tipo ACI 20Kg		Sacos	100			
	165	Piso brilhante Branco 45x45		M²	200			
	166	Rejunte Flexível Cerâmica Branco 1 KG		Kilo	500			

8	167	Revestimento/Azulejo Quadrado Branco Brillhante 15x15		M²	100			
	168	Revestimento Branco Retificado 33x59		M²	200			

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) **COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CNEN**, por intermédio do(a) **INSTITUTO DE PESQUISAS ENERGÉTICAS E NUCLEARES - IPEN**.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada no Termo de Referência no item 1.2.1.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O instrumento substituto do contrato, constante em anexo ao Termo de Referência e à ata de registro de preços, terá sua vigência nele estabelecida, devendo observar, no momento da contratação e em cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do instrumento substituto do contrato deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento substituto do contrato de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. O instrumento substituto do contrato decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o instrumento substituto do contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

11.3. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s).

12. ANEXO

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>
---------	--

TR								
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ISOLDA COSTA
Autoridade competente